



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15475 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

OS EFEITOS DE MERCADO NA EDUCAÇÃO BAIANA: O MODUS OPERANDI DA FGV

João Paulo Lopes dos Santos - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

OS EFEITOS DE MERCADO NA EDUCAÇÃO BAIANA: O *MODUS OPERANDI* DA FGV

Autor(a) ^[1]

1 INTRODUÇÃO

O Texto trata da atuação da Fundação Getúlio Vargas sobre a educação pública da Rede Estadual de Ensino da Bahia. O objetivo é analisar como ela e sua rede política de governança têm influenciado a educação local mediante o discurso de qualidade traduzido como melhores índices. Nesse sentido, cabe indagar: os índices são tudo o que a educação da Bahia precisa para afirmar um ensino de qualidade?

Como possibilidade metodológica, opero com a noção de discurso e de governamentalidade em Foucault e com a ideia de redes políticas em Ball para situar a atuação da FGV e tentar compreender os espaços concedidos às novas vozes no campo discursivo de uma política de qualidade.

O texto traz três seções que abordam, respectivamente: a economia da suposta qualidade educacional; o *modus operandi* da FGV na educação pública da Bahia; e os efeitos resultantes desse movimento.

Ao que parece, para ser de qualidade, a educação, supostamente, precisa ser orientada pelas disciplinas de mercado com fins à maximização dos índices. No

entanto, tal empreendimento coloca à margem do currículo outras pedagogias, outros saberes e perspectivas identitárias imprescindíveis para uma educação de qualidade.

2 DINHEIRO, PARCERIAS E INDICADORES: A ECONOMIA DA SUPOSTA QUALIDADE EDUCACIONAL

O título dessa seção é parte de um complexo discursivo que vem impulsionando, em anos mais recentes, a reformulação de políticas curriculares no Brasil. Trata-se de mudanças embaladas pelos princípios neoliberais de reforma e incentivo à participação de empresas e comunidades epistêmicas no ensino público como meio de solucionar supostos problemas e maximizar os indicadores de qualidade educacional.

A emergência por melhores resultados medidos a partir do cálculo dos dados sobre a taxa de aprovação escolar e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), mediante a realização de provas de português e matemática, tem levado estados e municípios a empreenderem maior controle sobre a padronização curricular e sobre a avaliação com fins de melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Na Bahia, o índice geral do Ideb para o Ensino Médio [\[2\]](#) da Rede Estadual, em 2019, apresentou nota de 3.2 quando a meta era de 4.3. Em 2021, o índice ficou em 3.5, uma alteração de apenas 0.3 décimos, insuficientes para alcançar a meta de 4.5 projetada para o ano (Qedu, 2024).

Com fins de elevar esses indicadores e, supostamente, garantir a qualidade, o Governo da Bahia orçou para a educação, no ano de 2024, investimentos de R\$12,1 bilhões (Bahia, 2023a). Dito isso, é possível pensar a política de investimento em educação como um bem de serviço sujeito a negociações. É um bem capaz de fazer as coisas, de construir escolas, de contratar empresas educacionais, de iniciar programas, de pagar bolsas de estudo e de fazer parcerias.

Essa dinâmica tem colocado no jogo da política educacional local novos atores com novas sensibilidades e ideias de políticas assim como noticia o jornal baiano A Tarde: “O Governador Jerônimo Rodrigues discute planejamento com secretária e equipe da FGV”; “Fundação Getúlio Vargas está prestando assessoria ao Governo baiano na elaboração de novos parâmetros para a educação no Estado” (A Tarde, 2023, *[on-line]*). Com isso, é possível que a política de educação do Estado da Bahia vem sendo articulada “em novas localidades, em diferentes parâmetros, por novos atores e organizações” (Ball, 2014, p. 27). Isto é, em novos espaços de neoliberalismo e de economicidade do social (Ball, 2014) com vistas à governança.

3 O MODUS OPERANDI DA FGV NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DA BAHIA:

POLÍTICA DE GOVERNANÇA

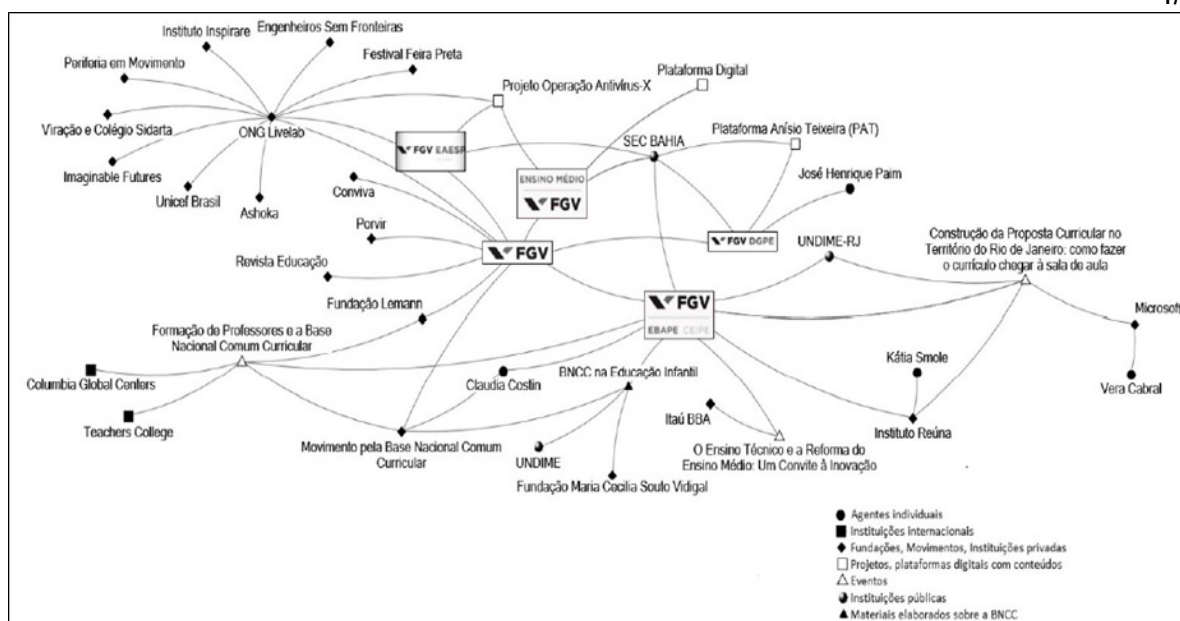
A Secretaria da Educação da Bahia (SEC/BA) e a FGV alinham parceria para a consultoria, formação e uso de recursos digitais de aprendizagem. O objetivo é, por meio do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da FGV (FGV DGPE), promover o desenvolvimento da gestão pública e apoiar a gestão educacional do sistema de ensino baiano com fins de maximização dos índices. Assim, a FGV se apresenta como especialista na construção de uma gestão com foco na aprendizagem e ressalta que os “estados com parcerias com a FGV DGPE apresentam avanços nos resultados do Ideb” (FGV DPGE, 2022, [on-line]).

Esse é o discurso da necessidade de mudança e de melhorias de resultado. Em diálogo com Foucault (1999), tal discurso pode ser entendido como uma vontade de verdade e apoia-se sobre um fundamento, sobre uma distribuição institucional que tende a exercer sobre outros discursos uma pressão. Trata-se de um procedimento de controle articulado do lado de fora, e coloca no jogo da educação pública o poder, a governança e o desejo. “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘política’ discursiva” (Foucault, 1999, p. 35).

Os discursos aos quais a FGV está vinculada fazem parte desse processo de governança que mobiliza a política educacional (Araujo; Lopes. 2021) via parcerias em uma complexa rede^[3] política de governança. A Fundação mantém parcerias com conglomerados empresariais, universidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, e cria conexões de apoio ao setor filantrópico e privado. Tal engajamento possibilitou a expansão de suas ações com o setor público por meio das secretarias de educação (Araujo; Lopes. 2021).

Mediante eventos e conexões como essas, a FGV “é o foco de uma formidável rede de poder, de influência, de ideias e de dinheiro” (Ball, 2014, p. 53) (figura 1). Ela se relaciona com outras redes, *websites*, *blogs* e publicações que compartilham o seu compromisso com a qualidade, com os indicadores, com o conhecimento essencializado, com o empreendedorismo “e com o governo limitado” (Ball, 2014, p. 53).

Figura 1 – Rede política da Fundação Getúlio Vargas



Fonte: Araujo; Lopes (2021)

Essa figura ilustra uma pequena fatia das interações e conexões que ligam elementos dentro da rede política da FGV. Ela expõe uma nova forma de governança e coloca em cena, no processo de políticas educacionais e curriculares da Bahia, novos atores de mercado e de pensamentos de políticas que podem não incidir suas ideias diretamente na educação pública baiana, mas se fazem reverberar, nessa esfera, por meio de um consenso compartilhado e das parcerias e ramificações que as unem.

Na prática, a FGV atua como consultora e fornecedora de insumos educacionais: conteúdos, testes, cursos, auditorias, laudos, inspeções, avaliações, formações, estudos e gestão de desempenho. Atua no monitoramento, no compartilhamento de conteúdo, na avaliação e acompanhamento individualizado dos alunos com vistas à sua preparação para a realização de provas de larga escala.

Dito isso, a rede da FGV se conforma em uma rede política de governança. A Fundação é o canal local para a difusão de conhecimento e de informação – neoliberalismo tamanho único (Ball, 2014) – e está transformando o pensamento do Governo baiano e comportamentos por meio da troca de normas, de ideias, de discursos, e vem se empenhando para mudar a percepção de público sobre supostos problemas educacionais.

Nessa esteira, alguns marcadores são notáveis: qualidade, indicadores, gestão da aprendizagem, eficiência do setor privado, *accountability*^[4] como instrumento de controle e governança – aqui relacionada à governamentalidade em Foucault –, e financiamento de políticas públicas (Pereira, 2019). E é claro que tudo isso produz efeitos.

4 OS EFEITOS: PESSOAS E INSTITUIÇÕES NEOLIBERALIZADAS

Esse é, possivelmente, o efeito de primeira ordem. A normatividade neoliberal encontra na rede política da FGV um caminho viável para a produção de indivíduos e instituições neoliberalizadas; “novos tipos de atores sociais, sujeitos sociais híbridos que são espacialmente móveis, eticamente maleáveis, e capazes de falar as linguagens do público, do valor privado e filantrópico” (Ball, 2014, p. 230). A FGV e a rede que ela integra trabalham para fornecer um *modus operandi* de matriz privada para a educação pública da Bahia com a promessa de elevar os indicadores educacionais.

O ponto aqui é ilustrar como isso acontece na prática. Na edição da prova Saeb de 2023, a Gestão da Aprendizagem da SEC/BA, orientada pela equipe técnica da FGV, arquitetou um conjunto de estratégias para a mobilização de alunos, professores e instituições para a realização das provas: utilização de materiais padronizados, aulas/Mesacast de Matemática e Língua Portuguesa, socialização de materiais gráficos e de comunicações nas escolas, atividades em plataformas digitais, medidas de reconhecimento de estudantes comprometidos com as avaliações externas (Bahia, 2024c), premiação para professores, escolas e Núcleos Territoriais de Educação (NTE) que atingissem os melhores índices.

Em tudo isso, foi posta em prática uma política de recompensa que se materializou no Edital SEC Nº 13/2023 que tratou da seleção das unidades escolares e dos NTEs com vistas ao reconhecimento e premiação (figura 2) por atingimento das metas do Ideb (Bahia, 2023b) e no Edital SEC Nº 14/2023 – direcionado especificamente às escolas que contenham turmas de 3ª série do Ensino Médio e/ou 9º ano do Ensino Fundamental – que anunciou a abertura de habilitação no processo de premiação (figura 3) para fomento da gestão da aprendizagem (Bahia, 2023c).

Figura 2 – Campanha de premiação de NTEs e escolas que atingissem a meta do Ideb



Fonte: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2023

Figura 3 – Prêmio Gestão da Aprendizagem



Fonte: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2023

Essa é uma pequena artimanha que coloca em prática uma política de detalhes e de recompensa que cuida de converter pessoas e instituições em unidades produtivas atuantes em um mercado de desempenho, ou seja, isso mostra também que o indivíduo neoliberalizado é “mais maleável do que comprometido, mais flexível do que preso a princípios” (Ball, 2014, p. 67).

Tal política tem incitado pedagogos/as atuantes na Rede Estadual de Ensino a tornarem-se mais efetivos, a trabalharem em relação a si mesmos, e a se sentirem culpados ou inadequados se não o fizer: “acho que conseguimos atingir

nossos objetivos. Foi correria. Eu surtei, corri, briguei, me estressei, não dormi esses dias, fiz ligações, mandei mensagens, mas atingimos o objetivo” (P. 1)[5]. “Ainda bem que essa avaliação é de dois em dois anos” (P. 2).

As narrativas relatam a tensão de pedagogos/as no período de avaliação do Saeb em 2023. A ânsia de atingir o objetivo, de alcançar as metas e obter a recompensa é a própria resposta a uma política performática. Esses profissionais parecem atribuir sentido à demanda pelo Ideb como responsabilidade unicamente deles e delas. Trata-se do exercício da performatividade sobre as subjetividades desses/as profissionais. Essa é uma tecnologia por meio da qual o neoliberalismo opera sobre as instituições e seus atores criando uma esfera de competitividade e de *accountability*.

Outros relatos também apontam para esse fenômeno: “A gente tem que ganhar o prêmio. Fazer com que mais de 80% aparecesse na escola, não foi brincado” (P. 3). “Parecia uma copa do mundo” (P. 4). “Nunca fiz tanto vídeo e postei nos grupos de sala, liguei para eles [alunos] no privado” (P. 5). “Sensação de dever cumprido” (P. 6).

Esses profissionais empreenderam um trabalho dentro de um arcabouço performático de julgamentos, monitoramento e de responsabilização no qual o sentido de “dever cumprido”, por exemplo, pode ser pensando como uma definição de eficácia, autovalorização e aperfeiçoamento; marcadores indicativos de qualidade e produtividade.

É um movimento de conformidade, um acoplamento que fabrica corpos submetidos, praticados (Foucault, 2014), capacidades específicas, e culmina na constituição ética do sujeito, que, na análise empreendida por Foucault, diz respeito à governamentalidade, ao governo de si mesmo mediante as técnicas de si, do autodomínio e do autocontrole, os quais perfazem os modos como os sujeitos se conduzem baseados nos discursos legitimados. Trata-se, portanto, do neoliberalismo como forma de governamentalidade.

Possivelmente, esse movimento produziu, e ainda o faz, alteração do trabalho pedagógico em contextos locais e leva os pedagogos/as, professores/as, bem como as escolas a experimentarem um sentido distorcido de propósito moral e de responsabilidade para com os alunos. “E como tal, é um desvio de atenção dos aspectos do desenvolvimento social, emocional ou moral os quais não tem nenhum valor performativo mensurável imediato” (Ball, 2014, p. 67).

Os esforços empreendidos pelo Governo para colher melhores números podem ser compreendidos como inautênticos e alienantes, assim como é perceptível nas falas de alguns pedagogos/as da Rede: “Acredito que temos que organizar a presença dos estudantes no Saeb, mas ao mesmo tempo temos que

criticar isso. Avaliam-se os descritores e o fluxo, mas esquecem de avaliar outros fatores. Depois de um tempo cria-se o *ranking* do Ideb” (P. 7). “Premiação pelo alcance do Ideb. A que ponto chegamos!? Isso só reforça a ideia de que a escola é a única responsável pelo índice. Seremos execrados se ele não subir” (P. 6).

Essas narrativas dizem sobre a possibilidade desse tipo de avaliação negligenciar a educação local quando ela assume, exclusivamente, métricas calculáveis pensadas em outros lugares, por instituições pró-mercado, nacionais e internacionais.

É importante pensar que as ações tomadas pelo Governo para alcançar os indicadores são ações planejadas de fora para dentro. Quanto a isso, há um alerta que Freitas (2014) nos faz quando diz que esse tipo de operação destrói a confiança relacional vital para o desenvolvimento de um trabalho que é antes colaborativo entre seus participantes. A concorrência que orienta os negócios empresariais e “que se expressa no ‘premiar, punir e corrigir os desvios da meta’ não é boa para a educação, simplesmente porque esta não é uma atividade concorrencial” (Freitas, 2014, p. 1099). “A educação precisa considerar outras dimensões da aprendizagem, os contextos locais” (P. 8).

Caso contrário, relega-se à margem do currículo aspectos da pluralidade e da diversidade dos Territórios da Bahia, com as singularidades e identidades locais, elementos constituintes de sentidos e significados para cada região e valorização da cultura, da memória e dos saberes do povo baiano; aspectos potencializadores das práticas pedagógicas escolares.

Considerar a qualidade da educação a partir de indicadores calculados nas disciplinas de matemática e de Língua Portuguesa pode suscitar no silenciamento das diferenças e na exclusão de questões locais que aparentemente não estão diretamente ligadas aos resultados de desempenhos. É a própria governamentalização do Estado da Bahia. É “um governo de sociedade, é uma política de sociedade o que os neoliberais querem fazer” (Foucault, 2008, p. 200).

3 CONCLUSÃO

Os dados apresentados compõem o complexo discursivo reformador que tem conduzido o *modus operandi* da educação na Rede Estadual de Ensino da Bahia. Nesse ínterim, a FGV, parceira da SEC/BA, aparece como canal local pelo qual o discurso de qualidade, articulado em rede política de governança, alcança as questões educacionais. A qualidade passa a ser interpretada como melhores índices.

A métrica: dinheiro + parcerias = melhores indicadores, interpretada como parâmetro de qualidade, parece ser a preocupação exclusiva do Governo e do mercado. Mas os índices são tudo o que a educação baiana precisa para ser

considerada de qualidade? Não! Eles não podem representar a complexidade que permeia o processo educativo, tampouco servir como única métrica de qualidade.

Essa equação tem produzido pessoas e instituições neoliberalizadas, sujeitos performáticos da *accountability*; tem relegado à margem outros saberes que dizem muito sobre identidades baianas, sobre os múltiplos territórios, sobre a diversidade de um povo. Tem negado a valorização e a democratização das culturas: juvenis, quilombolas, lgbtqi+, raça, ancestralidades, religiosidades, culturas ribeirinhas e tantos outros aspectos locais imprescindíveis para indicar uma educação verdadeiramente como de qualidade.

Palavras-chave: Educação pública da Bahia. Fundação Getúlio Vargas. Qualidade. Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

APESAR DA PANDEMIA, ESTADOS COM PARCERIAS COM A FGV DGPE APRESENTAM AVANÇOS NOS RESULTADOS DO IDEB. **FGV DPGE**, 2022. Disponível em: <https://dgpe.fgv.br/noticias/apesar-da-pandemia-estados-com-parcerias-com-fgv-dgpe-apresentam-avancos-nos-resultados-do>. Acesso em: 20 mai. 2024.

ARAUJO, H. G.; LOPES, A. C. Redes políticas de currículo: a atuação da Fundação Getúlio Vargas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2118297, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/18297>. Acesso em: 20 mai. 2024.

BAHIA. Casa Civil. **Orçamento 2024: Governo da Bahia projeta 72% dos recursos para a área social**. 2023a. Disponível em: <http://www.casacivil.ba.gov.br/2023/09/1925/Orcamento-2024-Governo-da-Bahia-projeta-72-dos-recursos-para-a-area-social.html>. Acesso em: 18 mai. 2024.

BAHIA. **Edital SEC Nº 13/2023**. 2023b. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/gestao-da-aprendizagem>. Acesso em: 21 mai. 2024.

BAHIA. **Edital SEC Nº 14/2023**. 2023c. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/gestao-da-aprendizagem>. Acesso em: 22 mai. 2024.

BALL, S. J. **Educação Global S.A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France: 1978 - 1979.

São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Do governo dos vivos**: curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 11 mai. 2024.

JERÔNIMO DISCUTE PLANEJAMENTO COM SECRETÁRIA E EQUIPE DA FGV. **A TARDE**, 2023. Disponível em: <https://atarde.com.br/politica/bahia/jeronimo-discute-planejamento-com-secretaria-e-equipe-da-fgv-1222093>. Acesso em: 19 mai. 2024.

PEREIRA, R. da S. Governança corporativa na política educacional: o papel da OCDE. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 123-146, jan./mar. 2019. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4663/3666>. Acesso em: 25 mai. 2024.

QEDU. **Bahia**. 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/uf/29-bahia/ideb>. Acesso em: 18 mai. 2024.

[1] Identificação acadêmica, profissional e endereço eletrônico para contato.

[2] Nesse estudo, foco nas análises e discussões sobre os índices inerentes ao Ensino Médio por ser a etapa de escolarização atendida majoritariamente pela Rede Estadual de Ensino da Bahia.

[3] Rede política constitui uma nova forma de governança, embora não de modo único e coerente. Utilizo-a fundamentado numa releitura foucaultiana empreendida por Ball (2014) para apresentar as mudanças nas formas de governança dos processos educativos na Bahia.

[4] O termo *accountability*, fundado nos princípios neoliberais, refere-se à avaliação, prestação de contas e responsabilização. É mecanismo performático de gestão da condução de si e da organização das instituições.

[5] Utilizou-se a letra “P” para indicar a categoria “pedagogo/a”, seguida do numeral arábico para relacionar a ordem das falas. As narrativas foram retiradas de uma plataforma digital de interação social em que coordenadores/as pedagógicos/as de todo o Estado da Bahia estão inscritos/as. Os dados foram produzidos em 2023.